



Santa Cruz/RN, 04 de junho de 2025

SALA DAS COMISSÕES PERMANENTES

PARECER COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

Parecer nº 031 do Projeto de Lei Municipal nº 008/2025;

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios, termos de parceria, fomento, colaboração ou cooperação com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

I – RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final analisa o Projeto de Lei Ordinária nº 008/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que visa autorizar o Município de Santa Cruz/RN a celebrar instrumentos jurídicos de colaboração com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, nas áreas de interesse público especificadas no texto legal.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Após análise técnica da proposição legislativa, esta Comissão emite parecer desfavorável à sua aprovação, com base nos seguintes fundamentos:

1. Ausência de compatibilidade com a Lei Federal nº 13.019/2014

O projeto ignora a aplicação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014), norma nacional que disciplina as parcerias entre o Poder Público e organizações da sociedade civil. Ao citar apenas a Lei nº 9.637/98 (referente às Organizações Sociais), o projeto não contempla os requisitos legais obrigatórios de chamamento público, critérios objetivos, instrumentos de controle e prestação de contas exigidos pela legislação federal vigente.



2. Violação a princípios constitucionais

A ausência de previsão de critérios objetivos, processo de seleção transparente e limites orçamentários compromete os princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade, publicidade e legalidade, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal. A aprovação do projeto como está poderá abrir margem para favorecimento político e insegurança jurídica.

3. Insegurança jurídica e genérica delegação de competências

O texto apresenta redação excessivamente genérica, sem delimitar:

- Critérios técnicos mínimos para habilitação das entidades;
- Requisitos de monitoramento e avaliação de resultados;
- Mecanismos de controle externo e social.

A proposta também delegaria amplos poderes regulamentares ao Chefe do Executivo, sem estabelecer limites ou diretrizes mínimas na própria lei, o que infringe os princípios da reserva legal e da separação dos poderes.

4. Riscos fiscais e orçamentários

A proposição não impõe limites financeiros ou teto por área ou entidade, o que pode comprometer o equilíbrio fiscal do município, além de dificultar a previsão orçamentária e a execução de políticas públicas essenciais.



III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final opina pelo PARECER DESFAVORÁVEL ao Projeto de Lei Ordinária nº 008/2025, recomendando que a matéria seja arquivada ou amplamente reformulada, com observância das normas federais pertinentes e dos princípios constitucionais da Administração Pública. Santa Cruz/RN, 04 de junho de 2025

Legislação, Justiça e Redação Final.

TALITA MARIELLE CRISANTO REINALDO

Presidente da Comissão

FRANCISCO ERIVAN JUSTINO

Vice-Presidente da Comissão

LUZIANA MEDEIROS DA FONSECA FALCÃO

Membro da Comissão